

IMPrensa Oficial do Estado S.A. - IMESP
Balanco Patrimonial em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

<u>A t i v o</u>				<u>P a s s i v o</u>			
	<u>Nota</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>		<u>Nota</u>	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Circulante</u>				<u>Circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	143.122	155.286	Fornecedores		3.185	3.271
Clientes	5	29.332	10.375	Impostos e contribuições		7.023	5.676
Estoques	6	18.889	27.282	Adiantamento de clientes		578	405
Impostos a recuperar	7	1.386	2.089	Contas a pagar		9.075	8.028
Outros créditos	7	9.402	402	Provisão para férias/13º sal		10.682	10.910
Despesas antecipadas		251	298	Provisão para imposto de renda		10.703	3.643
				Provisão para contribuição social		3.841	0
Total circulante		202.382	195.732	Total circulante		45.087	31.933
<u>Não circulante</u>				<u>Não circulante</u>			
Impostos diferidos	3.7	5.301	5.157	Provisão para contingências	3.4	12.089	11.457
Depósitos judiciais e cauções		1.366	1.589	Provisão para licença-prêmio		0	48
		6.667	6.746	Total do passivo não circulante		12.089	11.505
				Patrimônio líquido			
Investimentos		518	533	Capital social	10	160.352	160.352
Imobilizado	8	33.134	36.188	Reserva legal	10	13.850	13.850
Intangível	9	16.281	4.428	Reserva de lucros	10	27.604	25.987
Total não circulante		56.600	47.895	Total patrimônio líquido		201.806	200.189
Total do ativo		258.982	243.627	Total do passivo		258.982	243.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado dos Exercícios
Findos em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação do capital social integralizado - em Reais)

	Nota	30/06/2020	31/12/2019
RECEITA BRUTA			
De produtos vendidos e dos serviços prestados	11	189.597	288.676
Impostos e deduções sobre vendas	11	(13.593)	(20.680)
Receita líquida	11	176.004	267.996
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	12	(68.309)	(106.693)
Lucro bruto		107.695	161.303
Receitas (despesas) operacionais			
Honorários da Diretoria e dos Conselhos de Administração/Fiscal e Editorial	0	(1.169)	(3.018)
Gerais e administrativas		(66.094)	(104.569)
Outras despesas operacionais		(444)	(7.500)
Outros Resultados - líquido	10	10	32
Lucro operacional antes do resultado financeiro		39.998	46.248
Resultado financeiro - líquido		2.006	(1.791)
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e da Reversão dos juros sobre o capital próprio		42.004	44.457
Imposto de renda	12	(10.594)	(11.790)
Contribuição social	12	(3.806)	(4.433)
Lucro antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	12	27.604	28.234
Reversão dos juros sobre o capital próprio		0	16.708
Lucro líquido do exercício		27.604	44.942
Lucro líquido por ação do capital social integralizado - R\$		0,132	0,215

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente
Findos em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Lucro líquido do exercício	27.604	44.942
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	<u>27.604</u>	<u>44.942</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de fluxos de caixa - DFC
dos Exercícios Findos em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa originados de:	30/06/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	42.004	44.457
Ajustes patrimoniais:		
Depreciação	6.352	12.800
Resultado na venda de ativos permanentes	(10)	(32)
Reversão dos juros s/capital próprio	0	16.708
Aumento/redução em contas a receber	(18.957)	7.739
Aumento/redução de estoque	8.393	(2.960)
Aumento/redução em impostos a recuperar	703	2.039
Aumento/redução em outros créditos	(9.000)	1.672
Aumento/redução em despesas pagas antecipadamente	47	(64)
Aumento/redução do realizável a longo prazo	79	743
Aumento/redução em fornecedores	(86)	(2.656)
Aumento/redução de impostos e contribuições	1.347	(528)
Aumento/redução de adiantamento de clientes	173	125
Aumento/redução em contas a pagar e provisões	1.403	(509)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.499)	(19.246)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	28.949	60.288
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Compra de imobilizado	(15.151)	(7.259)
Recebimento por vendas de Ativos Permanentes	10	32
Baixa do imobilizado	0	129
Aumento/redução de aquisição de Investimentos/Provisão	15	(121)
Compras - ações em Tesouraria	0	0
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(15.126)	(7.219)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos/lucros aos acionistas	(25.987)	(141.202)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(25.987)	(141.202)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes	(12.164)	(88.133)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	155.286	243.419
Caixa e equivalente de caixa em 30/06/2020 e 31/12/2019	143.122	155.286
	(12.164)	(88.133)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Valor Adicionado - DVA
dos Exercícios Findos em 30 de junho de 2020 e em 31/12/2019
(Em milhares de Reais)

Demonstração do valor adicionado	<u>2020</u>	%	<u>2019</u>	%
1 - Receitas	190.299		293.810	
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços	190.289		293.778	
1.2. Não operacionais (ganhos e perdas de capital)	10		32	
2 - Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	47.238		77.132	
2.1 Matérias-primas consumidas	10.817		21.792	
2.2 Custo das mercadorias e serviços vendidos	19.893		13.405	
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	16.528		41.935	
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	143.061		216.678	
4- Retenções	6.297		12.536	
4.1 Depreciação e amortização ativo permanente	6.352		12.621	
4.2 Amortização e exaustão	25		88	
4.3 Crédito PIS/Cofins sobre depreciação	(80)		(173)	
5 - Valor adicionado líquido produzido pela empresa (3-4)	136.764		204.142	
6 - Valor adicionado recebido em transferência	2.754		16.363	
6.1 Receitas financeiras	2.754		16.363	
7- Valor adicionado a distribuir (5+6)	139.518		220.505	
8 - Distribuição do valor adicionado	139.518	100,00%	220.505	100,00%
8.1 Pessoal (excluindo INSS) colaboradores	80.282	57,54%	131.771	59,76%
8.2 Impostos, taxas e contribuições (incluindo INSS) governo	30.322	21,73%	41.254	18,71%
8.3 Juros e aluguéis terceiros	1.310	0,94%	2.538	1,15%
8.4 Juros sobre capital próprio e dividendos acionistas	0	0,00%	16.708	7,58%
8.5 Lucros retidos/prejuízo do exercício retido	27.604	19,79%	28.234	12,80%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
dos Exercícios Findos em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	160.352	11.603	124.494	296.449
Lucro líquido do exercício	-	-	44.942	44.942
Destinação do lucro:				
Reserva Legal	-	2.247	(2.247)	-
Juros sobre o capital próprio no exercício de 2019	-	-	(16.708)	(16.708)
Dividendos Pagos Ref. Exercício de 2018	-	-	(40.122)	(40.122)
Dividendos Pagos Ref. Reservas de Lucros Retidos	-	-	(84.372)	(84.372)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	160.352	13.850	25.987	200.189
Lucro líquido do exercício	-	-	27.604	27.604
Destinação do lucro:				
Reserva Legal	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio no exercício de 2020	-	-	-	-
Dividendos Pagos Ref. Exercício de 2019	-	-	(25.987)	(25.987)
Saldos em 30 de junho de 2020	160.352	13.850	27.604	201.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2020**1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Imprensa Oficial do Estado S.A – IMESP é sociedade por ações, de capital fechado, tem seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35300054636 e a sede da Companhia fica na Rua da Mooca, 1.921, Bairro da Mooca, São Paulo, Brasil.

I. editar, imprimir, distribuir e publicar, por qualquer meio – físico e/ou eletrônico - os Diários Oficiais e neles veicular as publicações determinadas por lei, de natureza pública e privada, inclusive as matérias de interesse de particulares de publicação obrigatória nos jornais oficiais;

II. manter sob sua permanente guarda e conservação as publicações veiculadas nos Diários Oficiais, pelos meios físicos e/ou tecnológicos mais apropriados, assegurando o acesso a qualquer interessado;

III. prestar serviços de autenticidade, certificação digital e mecânica, a pedido de qualquer interessado, de todos os atos e documentos públicos e privados, objeto de suas publicações;

IV. promover e atualizar permanentemente serviços eletrônicos das publicações dos atos e documentos públicos e privados, assegurando o acesso a qualquer interessado, mediante os meios tecnológicos disponíveis;

V. prestar serviços de infraestrutura de chaves públicas, desempenhando o papel de Autoridade Certificadora e de Registro do Governo do Estado, podendo credenciar outros órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios e demais instituições de interesse público, como Autoridades Certificadoras e/ou Autoridades de Registro, prestando, inclusive, serviços de consultoria técnica aos credenciados, de treinamentos e de soluções eletrônicas com uso da certificação digital;

VI. prestar serviços de emissão de certificados digitais e de autenticidade com identificação biométrica a qualquer interessado;

VII. prestar serviços de gerenciamento eletrônico de documentos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios e demais instituições de interesse público, com a utilização de autenticidade e certificação digital e com a possibilidade de arquivamento físico e/ou eletrônico dos documentos;

VIII. prestar serviços e disponibilizar soluções com a infraestrutura necessária, mediante assinatura e autenticação com certificação digital e/ou identificação biométrica, para atender as necessidades de governo eletrônico, anuindo perenidade e segurança em processos eletrônicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios, e demais instituições de interesse público;

IX. editar e/ou coeditar publicações de interesse público e de difusão cultural, tais como livros, revistas, catálogos, coleções, dentre outros;

X. prestar serviços gráficos e/ou editoriais, utilizando-se de quaisquer meios físicos e/ou tecnológicos, para publicações de interesse público, tais como livros, revistas, catálogos, coleções, dentre outros, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios, e demais instituições de interesse público;

XI. a distribuição, diretamente ou por intermédio de terceiros, dos seus produtos e serviços;

XII. a prestação de serviços de comunicação, diretamente ou por intermédio de terceiros, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e dos Municípios, e demais instituições de interesse público; e

XIII. a capacitação e o aperfeiçoamento profissional de seus empregados.

Parágrafo primeiro - A publicação dos atos oficiais do Estado, na hipótese do inciso I, será gratuita.

Parágrafo segundo - A Imprensa Oficial, na execução dos serviços objeto deste Estatuto, visará à preservação do meio ambiente.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas contábeis estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em consonância com a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade para elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

3.2 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo e direito contratual.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro e caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativo financeiro a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um significativo risco de mudança

de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

Contas a receber – ativo financeiro

As contas a receber – ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de publicações, da receita financeira e dos serviços de operação, classificados como “recebíveis” e registrado a valor justo.

Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada encerramento anual do balanço, para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado de caixa futuro.

3.3 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

3.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido com uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação da data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

Provisões para litígios

A provisão contábil para contingência é atualizada trimestralmente, a qual busca refletir a melhor estimativa corrente nas demonstrações contábeis, sendo constituídas para contingências as ações classificadas como prováveis:

Contingência-R\$ mil	Remota	Possível	<u>Provável</u>	Contingência Total
TRABALHISTA	3.115	1.292	11.501	15.908
CÍVEL	10.609	15.179	588	26.376

3.5 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Fornecedores: incluem obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.
- Dividendos: São reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

3.6 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Tributação

Impostos sobre a receita:

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PASEP) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;
- INSS (Desoneração da Folha de Pagamento) – 1,5%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional federal de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$240.000 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes sobre o lucro ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

3.8 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas,

despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.9 Imobilizado

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Os terrenos não sofrem depreciação.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.10 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.11 Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	30/06/2020	31/12/2019
Caixa	27	23
Bancos	0	3
Aplicações financeiras	143.095	155.260
Total	143.122	155.286

5. CLIENTES

	R\$ mil	
	30/06/2020	31/12/2019
Faturas a Receber		
CLIENTES DIVERSOS	29.732	10.868
Ordens de Pagamento		
(-) Ordens de pagamentos bancárias a identificar	(400)	(493)
Total	29.332	10.375

6. ESTOQUES

	R\$ mil	
	30/06/2020	31/12/2019
Produtos Acabados	4.804	4.881
Produtos em Elaboração	8.996	10.764
Matérias Primas	3.861	4.738
Peças e materiais diversos	1.385	1.594
Materiais em Poder de Terceiros	603	6.228
Provisões p/ redução ao valor de mercado	(761)	(923)
Total	18.888	27.282

Os estoques são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisições ou produção e a metodologia de apuração do valor de mercado está em conformidade com o CPC 16.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	R\$ mil	
	30/06/2020	31/12/2019
IPI a recuperar	395	604
ICMS a recuperar	1.029	923
IRPJ e CSLL s/ estimativa	7.178	-
IR s/ aplicações financeiras	217	-
C.S.L.L. Lucro Real a Compensar	583	562
Total	9.402	2.089

8. IMOBILIZADO

	Taxa de Depreciação	Saldo em 31/12/2019	Movimentação	Saldo em 30/06/2020
Terrenos	-	2.884	-	2.884
Edifícios	4	24.725	-	24.725
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4, 10 e 20	113.218	1.251	114.469
Instalações	10 e 20	37.797	2.700	40.497
Móveis e utensílios	10 e 20	9.114	4	9.118
Veículos	20 e 25	891	-	891
Outros bens de uso	10	643	1	644
Bens desativados		442	-	442
Imobilizações em andamento		2.714	(2.666)	48
Subtotal		192.428	1.290	193.718
Depreciação acumulada		(156.240)	(4.344)	(160.584)
Total		36.188	(3.054)	33.134

9. INTANGÍVEL

	Taxa de Amortização	Saldo em 31/12/2019	Movimentação	Saldo em 30/06/2020
Software	20 e 50	38.113	762	38.875
Adiantamento p/ Implantação de software	-	698	12.626	13.324
Subtotal		38.811	13.388	52.199
Amortização acumulada		(34.383)	(1.535)	(35.918)
Total		4.428	11.853	16.281

A vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos de acordo com o CPC 27 (Ativo Imobilizado). A administração da Companhia entende que as estimativas de vidas úteis e os métodos de depreciação estão adequados segundo as práticas contábeis.

10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social e direito das ações

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e em 30 de junho 2020 é de R\$160,3 milhões, estando representado por 208.718.358 (duzentos e oito milhões, setecentos e dezoito mil, trezentos e cinquenta e oito) ações ordinárias sem valor nominal.

Reserva legal

Está representada em montante equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de lucros

É representada por conta de apuração do lucro líquido do exercício e de lucros retidos de exercícios anteriores, conforme determina a legislação vigente.

Remuneração aos acionistas

O Estatuto da Sociedade em seu artigo 45 estabelece direito ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações.

Em ata de Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 17 de abril de 2020, foi aprovado a distribuição de R\$ 25,9 milhões a título de dividendos adicionais por conta do resultado apurado no período do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

11 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	R\$ mil	
	30/06/2020	31/12/2019
RECEITA BRUTA TRIBUTÁVEL	189.597	288.676
<u>DEDUÇÕES:</u>		
PASEP	1.692	2.489
COFINS	7.800	11.479
ICMS	68	110
IPI	14	26
ISS	589	1.035
INSS - DESONERAÇÃO	2.835	4.310
CANCELAMENTOS E DESCONTOS CONCEDIDOS	595	1.231
TOTAL DAS DEDUÇÕES	(13.593)	(20.680)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	176.004	267.996

12 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração, adotando os princípios apresentados pelo pronunciamento que trata das informações por Segmento, definiu os segmentos operacionais reportáveis da Companhia com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Administração, a qual é responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas. Assim, estes foram segmentados em dois grandes grupos de produtos:

- ✓ Produtos jornalísticos;
- ✓ Produtos gráficos;

Em 30 de junho de 2020					
	Produtos Jornalísticos	Produtos Gráficos	Outras	Corporação	Total
Receita líquida	136.656	29.477	9.871	-	176.004
(-) CPV	(10.456)	(44.940)	(12.913)	-	(68.309)
Lucro bruto	126.200	(15.463)	(3.042)	-	107.695
Despesas com vendas	(2.510)	(578)	(204)	-	(3.292)
Despesas Administrativas e outras	-	-	-	(64.416)	(64.416)
Resultado financeiro	-	-	-	2.017	2.017
Imposto sobre lucro	-	-	-	(14.400)	(14.400)
Lucro (prejuízo) líquido	123.690	(16.041)	(3.246)	(76.799)	27.604

Em 31 de dezembro de 2019					
	Produtos Jornalísticos	Produtos Gráficos	Outras	Corporação	Total
Receita líquida	216.547	34.514	16.935	-	267.996
(-) CPV	(19.805)	(67.859)	(19.029)	-	(106.693)
Lucro bruto	196.742	(33.345)	(2.094)	-	161.303
Despesas com vendas	(6.290)	(1.080)	(554)	-	(7.924)
Despesas Administrativas e outras	-	-	-	(107.131)	(107.131)
Resultado financeiro	-	-	-	(1.791)	(1.791)
Imposto sobre lucro	-	-	-	(16.223)	(16.223)
Lucro (prejuízo) líquido	190.452	(34.425)	(2.648)	(125.145)	28.234

A Companhia optou por não apresentar o lucro, ativos e passivos separadamente para cada um dos segmentos operacionais em que atua, visto que os mesmos compartilham a estrutura de custos indiretos, despesas administrativas e de vendas.

13 – COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado cobertura compatível com seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2019 e em 30 de junho de 2020, a cobertura de seguros e riscos diversos para os bens do imobilizado era de R\$ 116,5 milhões.



RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos

Diretores da:

IMPrensa Oficial do Estado de São Paulo S.A. – IMESP

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da **IMPrensa Oficial do Estado de São Paulo S.A. – IMESP**, em 30 de junho de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data. A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **IMPrensa Oficial do Estado de São Paulo S.A. – IMESP**, em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 19 de agosto de 2020



CRC2SP023856/O-1

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA

CTCRC1SP242826/O-3

Sócio Responsável